

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE AGRONOMIA
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Gabriel Rocha de Souza
00319534**

*Acompanhamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de
Gravataí/RS*

PORTO ALEGRE, novembro de 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE AGRONOMIA

**Acompanhamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de
Gravataí/RS**

Gabriel Rocha de Souza
00319534

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do Grau de Engenheiro
Agrônomo, Faculdade de Agronomia, Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Supervisor de campo do Estágio: Eng. Agr. Ma. Tatiana Silva de Almeida

Orientador Acadêmico do Estágio: Prof. Dr. André Luis Vian

Coorientador Acadêmico do Estágio: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Prof. Alexandre de Mello Kessler Depto. de Zootecnia (Coordenador)

Prof. Clesio Gianello Depto. de Solos

Prof. Gilmar Arduino Bettio Marodin Depto. de Horticultura e Silvicultura

Prof. José Antônio Martinelli Depto. de Fitossanidade

Prof^a. Lucia Brandão Franke Depto. de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia

Prof^a. Renata Pereira da Cruz Depto. de Plantas de Lavoura

PORTO ALEGRE, novembro de 2024

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de agradecer à minha família, em especial minha mãe, Gabriela, e meu pai, Luciano, por me apoiar durante toda a graduação e propiciar condições favoráveis para que eu seguisse e completasse o curso. Agradeço também à minha irmã, Sophia, e meus avós, Iná e “Zé”, por serem pacientes e muitas vezes terem que suportar minha ausência para que eu conseguisse estudar.

À minha namorada e dentista, Ekaterine, por todo o apoio, paciência, compreensão e incentivo para finalizar mais essa etapa, tornando os momentos muito mais agradáveis e por compartilhar comigo tantos momentos incríveis desde o segundo semestre da graduação.

Aos meus colegas e amigos de graduação, pela amizade, suporte e confiança durante todo o período juntos, para que fosse possível concluir com êxito essa etapa de extrema importância na minha vida.

A todos os professores e servidores da UFRGS, que contribuíram para a minha formação e crescimento tanto pessoal como profissional. Faço um agradecimento especial ao meu orientador, André Luis Vian, por ser paciente e me auxiliar durante todo o período de realização do estágio e desenvolvimento do TCC. Assim como ao coorientador, Paulo Waquil, pela disponibilidade, atenção e auxílio da elaboração do TCC.

A todos os servidores da Prefeitura Municipal de Gravataí, em especial a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que me recebeu de braços abertos e me deu a oportunidade de acompanhar todas as atividades, e assim tornaram o estágio um período de intenso aprendizado e troca de experiências, que com certeza contribuíram para o meu desenvolvimento. Em especial a Tatiana Silva de Almeida, minha supervisora de estágio, que me auxiliou durante todo esse período.

RESUMO

O estágio curricular obrigatório foi realizado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) do município de Gravataí/RS, no período de cinco de dezembro de 2023 a vinte e três de maio de 2024. O objetivo foi acompanhar os projetos desenvolvidos na secretaria, observar o desenvolvimento dos programas a nível municipal, estadual e federal, além de identificar oportunidades no município. Foram realizadas atividades técnicas e administrativas, como a inscrição de produtores em programas e a execução de convênios. A realização do estágio proporcionou um conhecimento prático das políticas públicas disponíveis e implementadas no município, possibilitando a comercialização dos produtos por parte de produtores, contribuindo para a geração de renda e o fortalecimento da economia local.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Agricultura; Gravataí.

LISTA DE FIGURAS

	Página
FIGURA 1 - Localização geográfica do município de Gravataí/RS	9
FIGURA 2 - Cobertura vegetal no município de Gravataí/RS.....	10
FIGURA 3 - Organização da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA).....	12
FIGURA 4 - Alimentos do PAA coletados.....	19
FIGURA 5 - Alimentos no Banco de Alimentos para serem repassados às instituições.....	20
FIGURA 6 - Colheita de milho para silagem.....	21
FIGURA 7 - Tilápias em processo de insensibilização pré-abate.....	22

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPR	Cédula de Produto Rural
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEARG	Feira Agrorural de Gravataí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEP	Prêmio para o Escoamento de Produtos
PGPAF	Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PGPMBio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PROAGRO	Programa de Garantia da Produção Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SMAA	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	8
2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ/RS.....	9
2.1 Localização geográfica.....	9
2.2 Relevo e solos.....	9
2.3 Cobertura vegetal, clima e hidrologia.....	10
2.4 Aspectos socioeconômicos.....	11
3. CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.....	12
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
4.1 Políticas públicas para a agricultura.....	13
4.2 Políticas públicas para a agricultura familiar.....	15
4.3 Mercados institucionais e compras governamentais.....	16
5. ATIVIDADES REALIZADAS	18
5.1 Acompanhamento da execução do PAA.....	18
5.1.1 Cadastramento dos produtores.....	18
5.1.2 Organização e logística das coletas.....	19
5.1.3 Coleta e entrega dos alimentos.....	19
5.1.4 Procedimentos após as coletas.....	20
5.2 Demais atividades desenvolvidas na secretaria.....	20
5.2.1 Serviços de patrulha agrícola.....	20
5.2.2 Serviço de Inspeção Municipal (SIM).....	21
6. DISCUSSÃO.....	22
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXO A - Tabela de preços dos alimentos a serem comercializados pelos produtores rurais participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS).....	29

1. INTRODUÇÃO

As iniciativas para o desenvolvimento rural no Brasil têm uma longa trajetória, mas a intensificação de políticas públicas voltadas para essa área tem ganhado força nas últimas décadas (Finatto; Salamoni, 2008). Um marco importante foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, impulsionando a capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (Lima; Silva; Iwata, 2019). No município de Gravataí/RS, 68% dos estabelecimentos rurais utilizam predominantemente mão de obra familiar, de acordo com os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024a), destacando a importância de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento e manutenção deste segmento.

Nesse contexto, o estágio curricular obrigatório foi realizado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) do município de Gravataí/RS. O período de realização do estágio foi do dia cinco de dezembro de 2023 ao dia vinte e três de maio de 2024, totalizando 300 horas de estágio.

A escolha do local de estágio se deu devido à vontade pessoal e profissional de conhecer mais sobre a realidade do setor agropecuário no município de Gravataí/RS, minha cidade natal. Dessa forma, ao acompanhar os servidores da SMAA possibilitaria uma compreensão mais ampla do funcionamento dos processos envolvidos no setor, desde a elaboração de projetos até a execução de programas e convênios. Além do conhecimento da prática burocrática de muitas ações realizadas pela prefeitura, o estágio proporcionou ainda conhecimentos na área da inspeção municipal e da assistência prestada pelo médico veterinário da região de realização do estágio.

Durante o período de estágio, foram acompanhadas as atividades técnicas e administrativas da secretaria, como a inscrição de produtores em programas e convênios, bem como sua execução nos níveis municipal, estadual e federal. Também foram realizadas visitas técnicas com extensionistas da secretaria e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), além do acompanhamento da prestação de serviços da patrulha agrícola, do médico veterinário responsável pela inseminação e dos serviços de inspeção municipal.

O objetivo do estágio foi acompanhar de forma abrangente o trabalho desenvolvido pela secretaria e os serviços prestados. Além disso, buscou-se compreender os projetos e

programas desenvolvidos e, principalmente, identificar oportunidades de negócios e lacunas a serem exploradas no município.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ/RS

2.1 Localização geográfica

O município de Gravataí está localizado no Rio Grande do Sul (RS), região da Depressão Central, distante 23 km da capital estadual, compondo com outros 31 municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (Figura 1). O município possui uma área territorial de 468,288 km² (IBGE, 2022) e situa-se a 22°56'36" de latitude sul e 50°59'38" de longitude oeste, fazendo divisa com os municípios de Novo Hamburgo e Taquara (norte), Alvorada e Viamão (sul), Glorinha (leste), e Cachoeirinha e Sapucaia do Sul (oeste). O município está organizado em cinco distritos: Centro (sede), Barro Vermelho, Costa do Ipiranga, Itacolomi e Morungava.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Gravataí/RS.



Fonte: Cícero Henrique Rodrigues (2006)¹.

2.2 Relevo e solos

Os relevos predominantes são planos a suavemente ondulados, na região sul do município, montanhosa, com altitude variando de 150 a 255 metros, com inclinações acima de 20%, que se caracterizam pela presença de vales e escarpas na região norte. Entre essas áreas, encontra-se uma zona intermediária, localizada mais ao centro, com declividades que variam entre 8% e 20% (Filippini Alba *et al.*, 2021).

¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Gravata%C3%AD#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Gravatai.svg

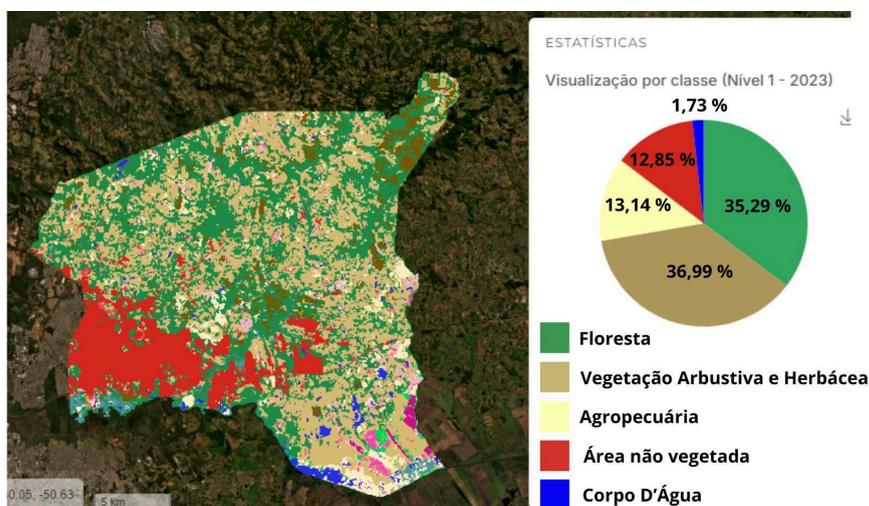
Conforme o Levantamento de Solos do Município de Gravataí/RS (Filippini Alba *et al.*, 2021), a região é predominantemente composta por solos da ordem dos Argissolos e Planossolos. Os Argissolos ocupam aproximadamente 61% da área total do município, caracterizando-se por baixa saturação de bases, alta saturação de alumínio e altos níveis de alumínio trocável. Segundo Streck *et al.* (2018), essas características resultam em uma fertilidade natural limitada e elevada toxidez. Além disso, a textura arenosa predominante nesses solos os torna mais suscetíveis à erosão.

Planossolos abrangem cerca de 19,34% do território e é composta por solos imperfeitamente ou mal drenados, com horizonte superficial de textura mais leve, que contrasta abruptamente com o horizonte B imediatamente subjacente, adensado, geralmente com elevado teor de argila. Tem como características a baixa fertilidade natural, devido à baixa saturação por bases (caráter distrófico) e o baixo teor de fósforo, além da má drenagem do perfil que dificulta o cultivo de espécies de sequeiro.

2.3 Cobertura vegetal, clima e hidrologia

A cobertura vegetal do município está inserida na transição entre dois biomas: ao norte, pela presença da Mata Atlântica (floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista, floresta estacional decidual e semidecidual), e na porção sul, pelo bioma Pampa (campos, banhados, matas ciliares). De acordo com os dados do MapBiomas (2024), 35,29% da área do município de Gravataí está coberta com florestas naturais e 36,99% coberta por formação natural não florestal (Figura 2).

Figura 2 - Cobertura vegetal no município de Gravataí/RS.



Fonte: Adaptado de MapBiomas (2024).

O município de Gravataí apresenta o clima do tipo Cfa, clima subtropical úmido, com duas estações bem definidas. Os verões são quentes, com temperatura média do mês mais quente superior a 22°C, e os invernos frios com temperatura média em torno de 14°C. A precipitação média anual é superior a 1300 mm, com pequena concentração no inverno. As horas de frio variam de 200 a 300 horas nas partes baixas e de 301 a 350 horas nas partes de altitude moderada a alta e declivosas (Köppen, 1948).

A cidade está localizada, em sua maior parte, na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí e, em uma pequena parte, da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. O rio principal, Gravataí, tem uma extensão de 39 km e destaca-se pelo uso no abastecimento urbano e industrial, além da utilização na irrigação (arroz). No entanto, considerando o trecho baixo do rio (30%), a descarga diária principalmente de poluentes domésticos e industriais, colocam o Gravataí como um dos rios mais poluídos do país, principalmente devido à demora dos órgãos públicos competentes em desenvolver e implementar políticas públicas eficazes para a sua conservação e recuperação ambiental.

2.4 Aspectos socioeconômicos

A partir da década de 1970, o município passou por uma intensa expansão demográfica, de urbanização e industrialização, motivada pela criação da RMPA e da construção da BR-290 no ano de 1973, construção do distrito industrial da cidade (1977) e posteriormente da instalação do complexo da *General Motors (GM)* inaugurado em 2000.

Segundo dados do IBGE (2022), a população estimada do município de Gravataí é de 265.074 habitantes, com uma densidade demográfica de 566,05 habitantes/km², o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano de 2010 foi de 0,736 e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita referente ao ano de 2021 foi de R\$ 35.934,57. O PIB do município é superior a R\$ 10,2 bilhões, com o setor dos serviços representando 37,06% e o setor industrial 32,26% (IBGE, 2021). Atualmente a participação da agricultura, da pecuária e da mineração, pode-se dizer irrelevante na economia municipal (Jachemet, 2011).

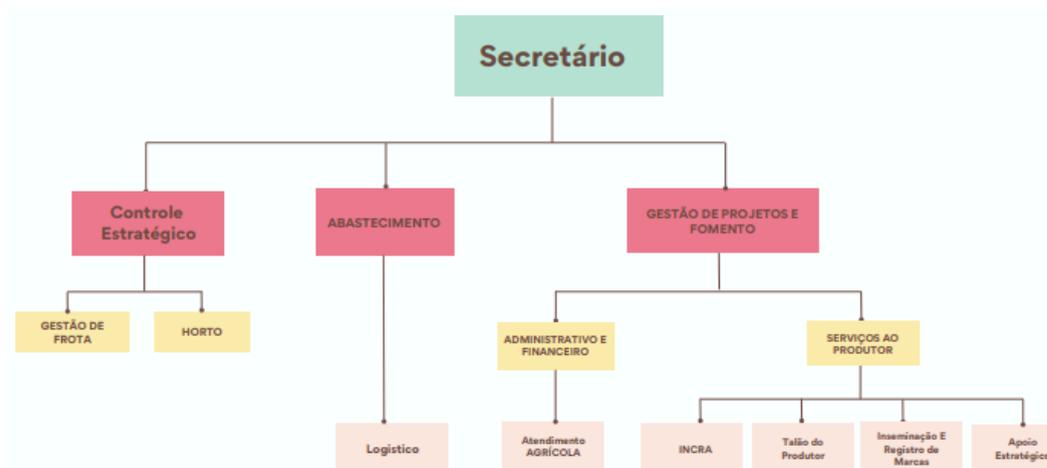
No ano de 2017, o número de estabelecimentos agropecuários no município de Gravataí totalizou 485, destes, apenas 22% recebiam assistência técnica. A área média das propriedades é de 23,70 hectares e há predominância da agricultura familiar (68%) (IBGE, 2024a). As culturas mais plantadas são mandioca, cana-de-açúcar (forrageira e subprodutos), arroz, soja e hortaliças. Há também criação de bovinos de corte e em menor número produtores de leite.

3. CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SMAA)

A SMAA da prefeitura de Gravataí/RS atua diretamente na prestação de serviço aos agricultores em forma de fomento à agricultura familiar, ao pequeno e médio agricultor, o serviço de inseminação artificial, o atendimento profissional através dos técnicos da SMAA e da EMATER/ASCAR, a organização de eventos como a Feira do Peixe e a Feira Agrorural de Gravataí (FEARG) e a implantação de políticas públicas para melhorias na zona rural do município.

Tem como missão fomentar o pequeno e médio produtor, através de políticas públicas que incentivem a atividade rural no município, buscando essencialmente a melhoria da qualidade de vida no meio rural, tanto por meios econômicos como sociais e ambientais. A secretaria tem como seu representante a secretária, atualmente Tânia Cunha, e está dividida, de acordo com Gravataí (2022), em três departamentos: Controle Estratégico, Abastecimento e Gestão de Projetos e Fomento. O departamento de Controle Estratégico atua na gestão de frota (prestação de serviços de tratores) e mantém o horto municipal. O departamento de Abastecimento controla a logística e o departamento de Gestão de Projetos e Fomento presta atendimento agrícola e auxilia nas questões do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), talão do produtor, serviços veterinários (inseminação e registro de marcas) e apoio estratégico (Figura 3).

Figura 3 - Organização da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA).



Fonte: Prefeitura de Gravataí [2022].

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Políticas públicas para a agricultura

De acordo com o IBGE, no ano de 2023 o PIB do Brasil cresceu 2,9 % em relação a 2022, sendo acima de R\$ 10,9 trilhões (IBGE, 2023). O crescimento refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: agropecuária (15,1%), indústria (1,6%) e serviços (2,4%). O aumento no PIB agrícola ocorreu em função do crescimento da produção e ganho de produtividade da atividade, conforme aponta o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), na qual aponta que várias culturas registraram crescimento de produção no ano de 2023, tendo como destaque a soja (27,1%) e o milho (19,0%), que alcançaram produções recordes na série histórica.

O setor agropecuário desempenha papel fundamental para o desenvolvimento do país. A produção originada no meio rural assegura o suprimento das áreas urbanas, enquanto o excedente é destinado à exportação, gerando receitas e promovendo estabilidade econômica. Além disso, o meio rural é um dos principais fornecedores de insumos para a indústria, criando uma interdependência entre os setores. Seu papel é crucial no cenário econômico do Brasil, sustentando uma vasta cadeia produtiva que se estende do campo até a agroindústria (Marques *et al.*, 2006).

O desenvolvimento ocorrido ao longo dos últimos anos ocorreu devido ao aumento na eficiência técnica do setor, impulsionado pela intervenção governamental por meio da implementação de políticas públicas, criação de programas que fortaleceram as atividades rurais e estimularam o crescimento econômico. Diversos fatores contribuíram para esse expressivo dinamismo da agricultura no Brasil, como as políticas públicas adotadas nas últimas décadas, incluindo crédito rural, seguro agrícola e a criação do PRONAF. No entanto, o histórico das políticas agrícolas no país é caracterizado por diferentes fases e abordagens, refletindo as transformações nas condições econômicas, sociais e políticas ao longo do tempo.

Coelho (2001) distingue quatro principais fases da política agrícola no Brasil ao longo de sete décadas (1931 a 2001), sendo elas: primitiva (1931-1964); modernização da agricultura (1965-1984); transição da agricultura (1985-1994); e agricultura sustentável (1995-2001).

A fase denominada agricultura primitiva teve início com a criação do Conselho Nacional do Café, em 1931. Durante esse período, a agropecuária desempenhava um papel significativo no PIB do Brasil, com o café e o açúcar sendo os principais produtos agrícolas.

A população brasileira em grande parte vivia no campo, caracterizada pela subsistência e baixo uso de tecnologia. Também foram estabelecidas instituições importantes, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil (1937), que teve um papel central no financiamento da produção agropecuária, e a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) em 1943 (Coelho, 2001).

Na segunda fase, a modernização da agricultura, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) passou por uma reestruturação, enquanto novas tecnologias e a mecanização foram amplamente adotadas no setor agropecuário (Coelho, 2001). Surgiu então um novo modelo de agronegócio, focado na produção de grãos, que teve uma expansão significativa devido à ocupação de grandes áreas na fronteira agrícola (cerrado) e ao aumento da produtividade (uso de tecnologias). Entretanto, iniciou ali uma redução expressiva da população rural, além do declínio da agricultura de subsistência e da redução da participação do setor agrícola no PIB (Coelho, 2001).

Esse período foi caracterizado por fortes subsídios nas taxas de juros do crédito rural, com a PGPM sendo usada para incentivar a produção de grãos e expandir a fronteira agrícola. A EMBRAPA e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foram criadas, impactando positivamente na modernização da agropecuária brasileira, seja na área da pesquisa ou na assistência técnica no campo. Neste período também foi instituído o Programa de Garantia da Produção Agropecuária (PROAGRO), minimizando os riscos associados às atividades agrícolas, oferecendo proteção contra fenômenos adversos abióticos e bióticos. A política agrícola começou a refletir as preocupações governamentais com a inflação e o abastecimento de alimentos (Coelho, 2001).

Em 1985, houve o início da transição da agricultura, marcada pela decisão do governo de extinguir os subsídios ao crédito rural. Esse período se estendeu até 1994 e foi influenciado por vários planos de estabilização econômica, pela abertura do comércio exterior na gestão dos negócios agrícolas e pela acentuada redução da oferta de crédito rural, causada pela crise fiscal do Estado. Houve também um uso mais intenso da PGPM para subsidiar os custos de transporte, além de um aumento expressivo no endividamento do setor rural. Durante essa fase, outras legislações importantes foram aprovadas, como a Lei dos Agrotóxicos (1989), a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em 1991, e a instituição da Cédula de Produto Rural (CPR) em 1994 (Coelho, 2001).

A aprovação da Lei nº 9.138/1995, que visava resolver o problema do endividamento rural (securitização), deu início à fase da agricultura sustentável. Novos instrumentos de política agrícola menos intervencionistas e mais voltados para o mercado começaram a ser implementados, como o Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP). Essa fase se destacou pela implementação de um plano de estabilização econômica (Plano Real), pela ampliação da abertura comercial e pela crescente consideração das variáveis ambientais nas decisões de política agrícola e no planejamento das atividades rurais. Entre as legislações aprovadas, podemos mencionar a lei de proteção de cultivares (1997), o sistema nacional de sementes e mudas (2003) e a política nacional de agricultura familiar (2006) (Coelho, 2001).

4.2 Políticas públicas para a agricultura familiar

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE mostraram que o Brasil possuía no período analisado um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, dos quais 3.897.408 eram enquadrados como agricultores familiares, sendo 76,8% dos estabelecimentos brasileiros, os quais ocupam 80,79 milhões de ha, representando 23% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2024b). O setor inclui desde aptidão para a geração de empregos e renda, até a dimensão da sustentabilidade econômica, ambiental e social, se destacando por apresentar diversificação na produção e agregar valor aos seus produtos.

Atualmente, para ser enquadrado como agricultor familiar e ter acesso às políticas públicas concedidas a esta categoria é necessário possuir o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que substituiu a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os requisitos para o enquadramento são: a área do estabelecimento deve ser de até quatro módulos fiscais, a força de trabalho familiar empregada no processo produtivo e de geração de renda deve ser maior que a força de trabalho externa, a gestão do estabelecimento deve ser estritamente familiar, a renda proveniente da exploração do estabelecimento deve ser igual ou superior àquela auferida fora do estabelecimento (Brasil, 2006).

Entretanto, o reconhecimento da categoria e o acesso às políticas públicas se comportaram de maneiras distintas ao longo dos anos. Uma análise mais detalhada das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar que identificaram e categorizaram essas políticas em três gerações (Grisa; Schneider, 2014). A primeira geração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar envolveu com mais ênfase os representantes sindicais, movimentos sociais do setor, políticos, gestores públicos e acadêmicos do meio rural, tendo como foco a referência agrícola e agrária. Nesse período, foi lançado o PRONAF em 1996,

que visava implementar um conjunto de medidas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares. Além disso, surgiram o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) em 2004 e o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) em 2006, e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi reativada em anos posteriores (Grisa; Schneider, 2014).

A segunda geração de políticas tem como foco a questão social e assistencial. Nesse período há a inclusão de representantes do agronegócio. Grisa e Schneider (2014) destacam em sua análise que o primeiro passo nessa direção foi a criação da linha infraestrutura e serviços municipais do PRONAF, que visava apoiar infraestruturas nos municípios com a distribuição fundiária mais fragmentada, a menor taxa de urbanização e a mais baixa produtividade agrícola (Abramovay; Veiga, 1999). Além disso, foi instituído o programa Garantia-Safra (GS), com o objetivo de assegurar renda aos agricultores que sofrem perda de safra devido à seca ou ao excesso de chuvas, e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com a finalidade de garantir subsídios financeiros para a aquisição de materiais destinados à construção, conclusão, reforma ou ampliação de unidades habitacionais para agricultores familiares e trabalhadores que atendam aos critérios estabelecidos pelo PRONAF.

Já a terceira geração envolve os atores das gerações anteriores, além da inclusão de novos agentes, como representantes sindicais, movimentos sociais da agricultura familiar, políticos e gestores públicos, organizações ligadas à agroecologia, entidades da sociedade civil voltadas para a segurança alimentar e nutricional, e pesquisadores do mundo rural e da segurança alimentar. Nesse período, o foco passa a ser a criação de mercados voltados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Entre as iniciativas dessa geração, destacam-se a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) (Grisa; Schneider, 2014).

4.3 Mercados institucionais e compras governamentais

Desde a criação do PAA em 2003, um novo tema ganhou espaço na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: a construção de mercados institucionais. Em 2009, com a mudança adotada na legislação do PNAE, que definiu o mínimo de 30% dos produtos da alimentação escolar fossem provenientes da agricultura familiar e suas organizações, a atuação de mercados institucionais ganhou ainda mais notoriedade.

Os mercados institucionais podem ser definidos como uma configuração específica de mercado, em que as redes de troca seguem uma estrutura particular, previamente estabelecida por normas e convenções acordadas por diversos atores e organizações, com o Estado geralmente desempenhando um papel central, principalmente por meio de compras públicas (Grisa, 2009). Para Grisa e Porto (2015), o principal desafio dos mercados institucionais é aproveitar seu potencial para ir além de uma mera política de comercialização agrícola. Essa política exerce um impacto relevante na inclusão produtiva, na organização social e na segurança alimentar dos agricultores familiares nas áreas em que atuam, e são esses elementos que trazem um caráter inovador aos mercados institucionais.

O PAA foi o primeiro programa de compras públicas voltado exclusivamente para a agricultura familiar, vinculando-a diretamente à segurança alimentar e nutricional. O programa é direcionado à compra de produtos agropecuários cultivados por agricultores beneficiários do PRONAF, abrangendo também assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem-terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias impactadas por barragens e comunidades indígenas (Brasil, 2018).

Para promover a participação dos agricultores familiares, o PAA dispensa a necessidade de licitação, desde que os preços não excedam os praticados no mercado regional. Essa é uma inovação institucional significativa, já que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos limitava a participação da maioria dos agricultores familiares no mercado institucional, devido à concorrência com setores empresariais, que geralmente operam com maiores escalas de produção e custos de produção mais baixos (Grisa; Porto, 2015).

Os produtos alimentícios adquiridos pelo programa são doados às famílias em condição de insegurança alimentar. O principal objetivo do programa é promover o acesso aos alimentos para as populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo, pelo incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, visa contribuir para a formação de estoques estratégicos de alimentos e facilitar o processo de comercialização em âmbito local, adquirindo produtos da agricultura familiar na hora oportuna e com preços adequados. O programa possui diferentes modalidades: Compra com Doação Simultânea (CDS), Compra Direta, Formação de Estoques, Aquisição de Sementes, PAA Leite e Compra Institucional, com o objetivo de assistir as mais diversas necessidades de provimento, quanto às particularidades produtivas dos agricultores familiares (Grisa; Porto, 2015).

No município de Gravataí/RS, o PAA foi executado em outras duas ocasiões: 2011 e 2019, ambos na modalidade de CDS. Em 2011 o recurso disponível foi de R\$ 120.000,00, na qual participaram 32 produtores (máximo de R\$ 3.500,00 por produtor) que comercializaram cerca de 40,5 toneladas de alimentos. Já em 2019 o recurso disponível para execução do programa foi de R\$ 300.000,00, na qual movimentaram mais de 114 toneladas de alimentos com a participação de 39 produtores familiares (limite máximo de R\$ 6.500,00 por produtor) segundo levantamento de dados realizado pela secretaria.

5. ATIVIDADES REALIZADAS

5.1 Acompanhamento da execução do PAA

5.1.1 Cadastramento dos produtores

Inicialmente foi realizado uma chamada pública na forma de edital para o cadastramento de produtores rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios, no âmbito do PAA – modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea Municipal, que incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino. Entretanto, como a maioria dos produtores não têm o costume de acessar o site da prefeitura, muitos foram avisados por meio de telefonemas ou mensagens via whatsapp.

Após a manifestação de interesse por parte dos produtores, os mesmos foram convocados a comparecer na SMAA para a realização do cadastramento para estarem aptos a participar do programa. O agricultor familiar deveria apresentar a seguinte documentação: carteira de identidade, CAF ou extrato do CAF; ou DAP ou extrato, e a ficha de inscrição que seria preenchida no ato da inscrição. Haveria a possibilidade de agricultores de produtos ecológicos participarem do programa com acréscimo de até 30 % do preço do produto em relação ao convencional, entretanto deveriam apresentar o comprovante de avaliação de conformidade orgânica por auditoria, sistema participativo de garantia ou organismo de Controle Social.

Esta etapa levou alguns dias, visto que grande parte dos produtores se localizam longe da secretaria e estavam envolvidos com a atividade rural, dificultando a vinda até a secretaria. Além do mais, muitos produtores estavam com a DAP vencida, devendo ter que regularizar

junto aos técnicos da EMATER. No total foram cadastrados 27 agricultores rurais, estando aptos a fornecer alimentos ao PAA. No momento da inscrição estavam cientes dos produtos que poderiam ser comercializados e seus respectivos preços (Anexo A). No mesmo momento era realizado um levantamento junto aos produtores de modo a verificar a oferta de produtos, ou seja, quais alimentos produziam e a expectativa de produtividade, de forma a orientar a aquisição futura. O total de recurso disponível no ano de 2023 foi de R\$ 150.000,00, e cada unidade familiar tinha um limite de R\$ 15.000,00 por ano agrícola. Em relação às entidades receptoras, que também participaram conforme chamada em edital, foi um total de 17 cadastradas, incluindo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), asilo, associação comunitária, associações religiosas, associações escolares e de pessoas com deficiência.

5.1.2 Organização e logística das coletas

Após o cadastramento dos fornecedores e dos recebedores, foi repassado às entidades receptoras por meio do Banco de Alimentos a oferta de produtos. Sendo assim, eram geradas demandas de acordo com o número de pessoas atendidas. A oferta de alimentos e a nutricionista das entidades orientavam os produtos e as quantidades a serem recolhidas, e isso era realizado semanalmente. Uma vez tendo as quantidades de alimentos necessárias, os produtores eram avisados com ao menos um dia de antecedência para que realizassem a colheita e separassem os produtos para posterior coleta.

5.1.3 Coleta e entrega dos alimentos

No dia seguinte, após as tratativas com os produtores, o caminhão saía da secretaria pela manhã e seguia para a propriedade, onde os alimentos já estavam coletados, separados, e os produtores aguardavam. Os produtos eram pesados por meio de uma balança digital e armazenados em caixas identificadas com a entidade recebedora, conforme quantidade estipulada anteriormente (Figura 4). O peso dos alimentos era anotado em planilhas para posterior lançamento no sistema.

Figura 4 - Alimentos do PAA coletados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a coleta dos alimentos nas propriedades, eles eram levados, na maioria das vezes, para o Banco de Alimentos, que os separava para que as entidades retirassem os produtos (Figura 5). Em alguns casos, os alimentos eram entregues diretamente às entidades.

Figura 5 - Alimentos no Banco de Alimentos para serem repassados às instituições.



Fonte: O autor (2024).

5.1.4 Procedimento após coletas

Ao retornar para a secretaria, os alimentos e suas respectivas quantidades eram lançados no site do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)², no qual ao adicionar a cultura os preços eram definidos de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Após o lançamento, era gerado um termo com os dados do produtor, a quantidade de alimentos e valor a receber. Este termo era assinado quando retornássemos à propriedade para outras coletas. Ademais, era preenchido a nota no bloco de produtor rural conforme as quantidades e preço lançados. Os pagamentos aos produtores eram realizados por meio de

² <https://paa.mds.gov.br/index.php?class=LoginForm>

uma conta específica do programa, utilizando um cartão próprio fornecido pelo Banco do Brasil. Muitos produtores já possuíam esse cartão, pois haviam participado de edições anteriores do PAA.

5.2 Demais atividades desenvolvidas na secretaria

5.2.1 Serviços de Patrulha Agrícola

A SMAA conta com uma ampla gama de tratores e implementos agrícolas disponíveis para a prestação de serviços para os agricultores. Os produtores interessados nos serviços da prefeitura devem solicitar a demanda presencialmente na secretaria ou abrir um protocolo de forma online. Para isso, é necessário possuir cadastro no sistema e ter bloco de produtor. Ao solicitar, deve informar a cultura, tipo do serviço e tamanho da área. Os valores da hora máquina para os serviços de trator são de R\$ 71,26 para produtores com DAP/CAF ou com área até 2 módulos fiscais (20 ha) e R\$ 118,77 para produtores com área acima de 2 módulos fiscais. Segundo relatório dos serviços executados, no ano de 2023 os serviços mais solicitados pelos produtores foram a ensiladora (463,5 ha), aração (189,80 ha) e gradagem (188,60 ha).

Durante o período de estágio, foi possível acompanhar alguns serviços realizados pelos tratoristas, como a colheita da silagem (Figura 6), principalmente aos produtores que utilizam o Programa de Sementes Troca-Troca. Normalmente os produtores realizam duas safras de silagem, entretanto devido à alta precipitação ocorrida no ano de 2023 a semeadura foi atrasada, inviabilizando a semeadura da safrinha.

Figura 6 - Colheita de milho para silagem.



Fonte: O autor (2024).

5.2.2 Serviço de Inspeção Municipal (SIM)

Ao longo do período do estágio, foram realizadas visitas técnicas a agroindústrias com o médico veterinário responsável pelo SIM, que atua no registro e fiscalização dos processos de produção e industrialização de produtos de origem animal, garantindo que os produtos tenham qualidade sanitária e possibilitando a sua comercialização dentro do território do município.

Dentre as propriedades visitadas, destaca-se uma agroindústria de processamento de pescado, na qual o produtor cria carpas e, principalmente, tilápias para comercialização no município. Na data da visita o produtor havia iniciado o abate e estava realizando a filetagem, visto que a Feira do Peixe, realizada em Gravataí, estava próxima e durante esse evento há uma grande demanda por peixes devido a Sexta Feira Santa (Figura 7).

Figura 7 - Tilápias em processo de insensibilização pré-abate.



Fonte: O autor (2024).

Foi visitado também uma queijaria que ainda está em processo de cadastramento no SIM, para que possa atuar no comércio municipal. O produtor conta com um rebanho de 27 vacas em lactação da raça Jersey e produz diariamente 150 L de leite, uma produtividade bastante baixa.

O objetivo é incluir as agroindústrias do município no fornecimento de produtos ao mercado institucional, sobretudo o PNAE. Entretanto, para que isso aconteça, além de possuir o SIM é necessário que a produção seja expandida, visto que os índices produtivos das propriedades são muito baixos.

6. DISCUSSÃO

Durante o período do estágio foi possível entender o funcionamento e a importância de políticas públicas para a agricultura, especialmente para aqueles produtores com predominância de mão de obra familiar, onde muitas vezes a venda para os programas representa a grande parte da fonte de renda da família. Essa observação está diretamente ligada a Revisão Integrativa da Literatura (RIL) realizada por Moraes *et al.* (2022), na qual destacou a importância do PAA nos mais diversos aspectos, incentivando os agricultores familiares a produzir de forma diversificada, ampliando a comercialização, valorizando a cultura, os alimentos regionais, gerando renda como também visando à segurança alimentar e nutricional de suas famílias.

Um fato bastante marcante e que me tocou profundamente foi a ansiedade dos produtores em relação a quando iriam receber o valor dos alimentos produzidos, além da união da família no envolvimento da produção, onde crianças ajudavam os pais na colheita e na separação dos alimentos após o período de aulas pela manhã. Isso representa um grande contraste da sociedade atual, pois é cada vez mais comum ver crianças reclamando que o celular estragou ou que não pode jogar tal jogo, enquanto crianças estão diretamente envolvidas com o serviço para ajudar os pais a garantir a renda para sobrevivência da família.

Entender o funcionamento e os requisitos para participar de políticas públicas é importante para os futuros engenheiros agrônomos, ainda mais extensionistas, visto que um dos empecilhos de recomendar uma cultura ou um sistema produtivo a um determinado produtor é responder à pergunta “Para quem eu vou vender?”, sendo assim, a participação em programas pode ser uma alternativa de escoamento da produção.

A visita aos produtores me possibilitou conhecer mais profundamente a zona rural do município, localizando as propriedades, as culturas produzidas e os gargalos enfrentados pelos mais diversos produtores. Notei que a assistência técnica é extremamente deficiente no município, pois uma cidade que possui mais de 280 mil habitantes, com uma zona rural e um mercado consumidor riquíssimo a ser explorado, possuir apenas um técnico de campo prestando assistência técnica (EMATER) é preocupante, ainda mais tendo que dividir a assistência com a agenda de reuniões.

Observa-se nas propriedades que além dos problemas técnicos referentes à falta de assistência, os produtores rurais enfrentam desafios significativos no aspecto gerencial. A ausência de controle sobre os custos de produção compromete a rentabilidade, gerando

desperdícios e dificuldades no planejamento a longo prazo. A carência de instrução e capacitação, tanto em técnicas de cultivo quanto em gestão financeira, limita o desenvolvimento dessas propriedades, impactando diretamente sua competitividade no mercado.

Pensando em proposições metodológicas de caráter gerencial, Lourenzani (2006) propôs um curso de capacitação gerencial de agricultores familiares de forma a auxiliar no planejamento e o controle da produção, a gestão financeira e de custos, gestão da qualidade, planejamento de marketing e o gerenciamento da comercialização os produtos, com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade econômica das propriedades rurais e ampliar sua inserção no mercado competitivo. Essa abordagem visa integrar aspectos técnicos e gerenciais, promovendo maior eficiência produtiva e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das famílias envolvidas.

Em relação ao dia a dia na secretaria, notei que há um total desinteresse e despreparo por parte da maioria dos servidores públicos que atuam no setor. As demandas não andam e sinto que os cargos servem mais para garantir uma estabilidade financeira, sem o compromisso e a pressão de trabalhar e cumprir metas. A presença de “cabides” de emprego é notável, cargos sem funções definidas, pessoas que cada dia estão desempenhando uma função diferente, são alguns dos fatores que tornam a credibilidade da secretaria baixa, o que pode justificar o não crescimento da agropecuária local.

Além do mais, é evidente o interesse político no andamento das atividades da secretaria, ou seja, só é levado para frente o que pode beneficiar um determinado grupo de pessoas. Como por exemplo, pode-se citar a execução do PAA, na qual um dia antes de realizar a coleta não sabíamos se haveria um caminhão e um motorista disponíveis para realizar a coleta dos alimentos, sendo que o caminhão foi adquirido com a verba para a execução do programa.

Em contrapartida, notamos funcionários envolvidos e comprometidos no andamento das atividades. Pessoas que abraçam a causa e buscam promover a execução da demanda. Entretanto, para que a secretaria e a execução das atividades funcionem é preciso que todos os setores mantenham a comunicação e tenham objetivos e metas claras. Ao longo do estágio, observei diversos programas com possibilidade de serem implementados no município, entretanto sequer chegavam aos ouvidos dos produtores.

Por fim, saliento que o setor agropecuário no município possui um grande potencial a ser explorado. Trata-se de uma cidade que, ao longo dos últimos anos, tem se expandido, com

aumento populacional e melhorias na infraestrutura, e que, conseqüentemente, precisará de alimentos em quantidade e qualidade. Para que esses alimentos sejam produzidos localmente, é necessário maior interesse por parte dos políticos e servidores públicos, assegurando que os produtores sejam atendidos, o que garantirá renda aos mesmos e permitirá que o dinheiro circule dentro do município. Como exemplo podemos citar o potencial de formação de um Sistema Produtivo Agroalimentar Localizado (SIAL) na região do Vale do Caí (RS), como explorado por Moraes (2015), que destacou a importância de se fortalecer as cadeias produtivas locais para que o desenvolvimento agrícola seja sustentável e atenda à demanda crescente por alimentos, especialmente em áreas com expansão populacional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vividas durante o estágio proporcionaram uma compreensão profunda sobre o impacto e a importância das políticas públicas na agricultura familiar, destacando a relevância dos programas de apoio para garantir a subsistência de inúmeras famílias. A observação direta das condições de trabalho nas propriedades, especialmente com o envolvimento de crianças nas atividades agrícolas, trouxe à tona a dura realidade enfrentada por esses produtores, em contraste com a vida urbana contemporânea. Além disso, o conhecimento adquirido sobre os requisitos para participar desses programas será essencial para a minha futura atuação como engenheiro agrônomo, sobretudo no papel de extensionista, auxiliando os produtores a encontrar alternativas viáveis para a comercialização de seus produtos.

Ao visitar os produtores de Gravataí, ficou claro que a falta de assistência técnica e a ausência de conhecimento em gestão comprometem o desenvolvimento do setor agropecuário local. As deficiências estruturais, como o número reduzido de extensionistas e a precariedade do apoio técnico, somadas à falta de compromisso de muitos servidores públicos, afetam diretamente o desempenho e o crescimento da agropecuária na região. A presença de "cabides" de emprego e o predomínio de interesses políticos são entraves à execução eficiente dos programas e ao avanço do setor, o que na minha visão só pode mudar com a reforma estrutural nas políticas públicas, com maior transparência na gestão, foco em meritocracia e profissionalismo, além da promoção de uma cultura de governança que priorize o interesse coletivo em vez de interesses políticos pessoais.

Apesar dos desafios observados, também há exemplos de funcionários comprometidos e dispostos a fazer a diferença, o que reforça a necessidade de uma gestão mais integrada, com metas claras e comunicação eficaz entre os setores. O potencial agropecuário de Gravataí é significativo, mas só poderá ser plenamente explorado com o devido suporte político e técnico. Acredita-se que, com o envolvimento adequado, não apenas os produtores serão beneficiados, mas toda a comunidade, por meio da circulação de recursos e do fortalecimento da economia local. Assim, o futuro do setor depende de uma reestruturação estratégica que considere as demandas reais dos produtores e promova um ambiente favorável ao desenvolvimento agrícola sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, DF, abril de 1999. (Texto para discussão nº 641). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Brasília, DF: MDS, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno_PAA.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

COELHO, C. N. **70 Anos de Política Agrícola no Brasil: 1931-2001**. Revista de Política Agrícola. Brasília: MAPA, 2001. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/237/200>. Acesso em 9 out. 2024.

FILIPPINI ALBA, J. M. *et al.* **Levantamento de Solos do Município de Gravataí, RS**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2021. 70 p. (Embrapa Clima Temperado. Documentos, 503). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1136956/1/Documentos-503-Levantamento-de-Solos-do-Municipio-de-Gravatai-RS-1.pdf>. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/228365/1/Documentos-503-Levantamento-de-Solos-do-Municipio-de-Gravatai-RS-1.pdf>, Acesso em: 10 out. 2024.

FINATTO, R.A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/yCdXxm7tx6BgCm3vCQgMYGv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 7 out. 2024.

GRAVATAÍ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA). {Organograma}. 2022. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/subportal/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile>

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 16, n. 1, p. 67-84, 2009. Disponível em: https://www.univates.br/media/editora/arquivos_pdf/estudo_debate/v16_n1_2009/5_Desenvolvimento_local.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

GRISA, C; PORTO, S.I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232459>. Acesso em: 15 out. 2024.

GRISA; C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. S125 - S146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017: Indicadores Municipais** [Base de dados]. [Rio de Janeiro], 2024a. Disponível em: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>. Acesso em: 8 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017: Resultados definitivos**. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2024b]. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em; 10 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=4309209>. Acesso em: 12 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio Grande do Sul: Gravataí**. [Rio de Janeiro], 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gravatai/panorama>. Acesso em: 9 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais**. [Rio de Janeiro]: IBGE, dez. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=39292>. Acesso em 18 out. 2024.

JACHEMET, C.S. **A cidade fabril mobilizada: Considerações acerca dos trabalhadores da cidade** *In*: RAÍZES de Gravataí. Porto Alegre: Edições EST, 2011, Tomo 3, p. 110-116.

KÖPPEN, W. **Climatologia: con un estudio de los climas de la tierra**. Fondo de Cultura Económica. México. 1948. 479p.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 8 out. 2024.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. 2006, 8(3), 313-322. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87880303>. Acesso em: 20 out. 2024

MAPBIOMAS. **Mapbiomas Brasil**: Plataforma Mapbiomas uso e cobertura. 2024. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 11 out. 2024.

MARQUES, N. A. *et al.* Efeito da ampliação das exportações agropecuárias e agroindustriais na balança comercial e (re)distribuição da renda: uma análise de equilíbrio geral. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 413-435, jul./set. 2006.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/Y7LVHZHng47Vv7KHO4HfRcy/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 22 out 2024.

MORAES, J. L. A. de. Formação de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) na Região Vale do Caí (RS). **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 6–22, 2015. Disponível em:

<https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/11215>. Acesso em: 20 out. 2024.

MORAIS, M. G. C.; MORAIS, T. L. C.; ALVES, F. P. Programa de aquisição de alimentos (PAA): fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional / Food Purchase Program (PAA): strengthening family agriculture and promoting food and nutritional security. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 2, p.

13932–13941, 2022. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44440>. Acesso em: 20 oct. 2024.

STRECK, E. V. *et al.* **Solos do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2018. 251 p. Disponível em:

<https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/solos/livros/SOLOS%203%20EDICAO.pdf>.

Acesso em 12 out 2024.

ANEXO A - Tabela de preços dos alimentos a serem comercializados pelos produtores rurais participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS)



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO
SETOR DE APOIO À LOGÍSTICA E GESTÃO DA OFERTA

PREÇOS PAA CDS 2023

PRODUTO	UNIDADE	PREÇO (R\$/UN)	PRODUTO	UNIDADE	PREÇO (R\$/UN)	PRODUTO	UNIDADE	PREÇO (R\$/UN)
Abacate	Kg	5,89	Cenoura	Kg	5,64	Meião	Kg	7,70
Abóbora/Moranga (Abobrinha Italiana) 8,63	Kg	6,11	Chicória	Kg	7,07	Milho de Pipoca	Kg	8,63
Abóbora/Moranga (Moranga Amarela, Pataca)	Kg	3,65	Chuchu	Kg	3,40	Milho Verde com Palha	Kg	6,04
Abóbora/Moranga (Moranga Cabotiá, Preta)	Kg	3,28	Conserva de Vegetais	Kg	28,83	Mogango	Kg	2,66
Açúcar Mascavo	Kg	12,85	Couve-Flor	Kg	5,24	Molho de Tomate	Kg	6,55
Agrião	Kg	11,40	Couve-Folha	Kg	6,69	Morango	Kg	11,85
Aipim com casca	Kg	3,62	Couve- Chinesa	Kg	5,66	Mostarda	Kg	6,57
Aipim Descascado	Kg	8,32	Cuca Caseira	Kg	19,78	Nabo	Kg	4,07
Alface	Kg	9,31	Doce de Fruta	Kg	13,02	Ovos Brancos (Granja)	Dz	10,40
Alho	Kg	23,51	Doce de Leite	Kg	16,08	Ovos Vermelhos (Granja)	Dz	11,62
Almeirão/Radite	Kg	21,60	Ervilha	Kg	10,50	Pão Caseiro	Kg	15,44
Ameixa	Kg	10,58	Espinafre	Kg	7,31	Pepino	Kg	4,19
Amora	Kg	12,00	Extrato de Tomate	Kg	10,31	Pepino em Conserva	Kg	29,88
Arroz Branco	Kg	4,32	Farinha de Milho Média	Kg	4,65	Pera (Gauícha)	Kg	8,98
Arroz Parboilizado	Kg	4,32	Farinha de Trigo Especial	Kg	3,82	Pera Asiática	Kg	7,50
Banana (Prata)	Kg	6,41	Farinha de Trigo Integral	Kg	5,25	Pêssego	Kg	6,24
Banha	Kg	13,95	Feijão Preto Tipo 1	Kg	7,39	Pimentão Verde	Kg	8,26
Batata-Doce	Kg	4,87	Figo	Kg	14,60	Pinhão	Kg	13,72
Batata-inglesa branca	Kg	4,53	Goiabada	Kg	9,16	Pizza Congelada	Kg	30,81
Batata-inglesa rosa	Kg	7,27	Laranja Suco	Kg	3,61	Polpa de Frutas Congelada	Kg	22,20
Bebida Láctea	litro	3,93	Laranja Umbigo	Kg	4,85	Queijo Colonial	Kg	31,52
Berinjela	Kg	9,44	Leite em Pó Integral	litro	31,48	Queijo Ricota	Kg	21,79
Beterraba	Kg	4,05	Leite Pasteurizado Tipo A Integral	litro	8,18	Rabanete	Kg	8,66
Biscoitos/Bolachas (salgado/doce)	Kg	20,30	Leite Pasteurizado Tipo C Integral	litro	4,62	Repolho Roxo	Kg	6,83
Bolo	Kg	20,06	Leite UHT Integral	litro	4,06	Repolho Verde	Kg	3,82
Brócolis	Kg	17,30	Limão Comum (Bergamota)	Kg	3,50	Rúcula	Kg	14,70
Caqui (Chocolate e Fuyu)	Kg	6,00	Limão Taiti	Kg	5,55	Suco Concentrado	litro	21,86
Carne de Frango Colonial/ Caipira	Kg	15,75	Maçã (Gala)	Kg	8,31	Suco Integral	litro	8,16
Carne de Frango Resfriada	Kg	8,43	Macarrão com Ovos (espaguete)	Kg	8,07	Tangerina Montenegrina	Kg	5,19
Carne de Peixe (Carpa Capim Eviscerada)	Kg	19,60	Manga (Tommy)	Kg	7,06	Tangerina Ponkan	Kg	4,79
Carne Suína, Costela (com osso)	Kg	25,64	Maracujá (Azedo)	Kg	10,95	Tempero Verde	Kg	33,29
Carne Suína, Paleta (com osso)	Kg	14,79	Massa Caseira (Congelada)	Kg	13,45	Tomate Cereja	Kg	26,01
Carne Suína, Pernil (com osso)	Kg	16,45	Massa Caseira (Seca)	Kg	14,82	Tomate Gaucho	Kg	7,02
Carne Suína, Pernil (sem osso)	Kg	24,32	Mel de Abelha	Kg	24,15	Tomate Longa Vida	Kg	7,34
Carne Suína Processada (Linguiça)	Kg	22,56	Melado	Kg	15,56	Tomate Paulista	Kg	6,63
Carne Suína Processada (Salame)	Kg	40,60	Melão Batido	Kg	15,56	Uva Niágara	Kg	6,83
Cebola	Kg	4,78	Melancia	Kg	2,42	Vagem	Kg	15,89

Nota 1. Preços sem ICMS. Alíquotas, incidência e/ou isenção informadas pelo Setor Fiscal e Tributário da Sureg/RS.

Nota 2. Metodologia de pesquisa conforme Resolução Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos n° 3/2023, de 05/09/2023, Título 30 (Compra com Doação Simultânea) do Manual de Operações da Conab e Metodologia de Pesquisa e Formação de Preços das Normas da Organização da Conab (NOC 20.604).

Nota 3. Produtos orgânicos poderão ter seus preços acrescidos em até 30%, conforme Resolução Grupo Gestor Alimenta n° 3/2022, de 14/06/2022.

Nota 4. Pesquisa realizada nas feiras de produtores rurais e mercados varejistas nos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Passo Fundo no 3º trimestre de 2023.

Nota 5. Responsáveis pela pesquisa e tratamento dos dados: Iure Rabassa Martins, Orlando Carlos Ferreira Tejada, Matias José Führ, Márcio Renan Weber Schorr, Alexandre Pinto e Carlos Roberto Bestetti.



Documento assinado eletronicamente por **MATIAS JOSE FUHR, Encarregado (a) de Setor - Conab**, em 20/10/2023, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO RENAN WEBER SCHORR, Gerente de Área Regional - Conab**, em 20/10/2023, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA ROSALINA TEIXEIRA, Superintendente Regional - Conab**, em 20/10/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31680391** e o código CRC **17F8CEED**.